



## UMA AVALIAÇÃO DAS LEITURAS FILOLÓGICAS DA OBRA DE GRAMSCI E SEUS POSSÍVEIS APORTES PARA AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS

*Javier Balsa<sup>1</sup>*

### **Resumo**

Este artigo analisa os principais elementos da leitura filológica da obra de Antonio Gramsci e a seus possíveis aportes para pensar a estratégia política. Na primeira parte do artigo, são sintetizadas as três grandes inovações que essa leitura há gerado: a precisão da concepção gramsciana de objetividade e o abandono da metáfora estrutura-superestrutura; a aclaração da relação entre sociedade civil e sociedade política, e a conceptualização da hegemonia como relações de forças e como luta pela hegemonia, e a revalorização do papel da construção da subjetividade nessas disputas, e a ideia de que existem duas lógicas da hegemonia. E, na segunda parte, se colocam algumas hipóteses das consequências para a política dessas inovações.

**Palavras-chave:** Gramsci, Filologia, Estratégia política.

### **Abstract**

This article analyzes the main elements of the philological reading of Antonio Gramsci's work, and its possible contributions to think about political strategy. In the first part of the

---

<sup>1</sup> Doutor em História (Universidad Nacional de La Plata). Professor titular da área de Sociologia e Diretor do “Instituto sobre Economía y Sociedad en la Argentina Contemporánea” da Universidad Nacional de Quilmes, e Investigador independiente del CONICET, Argentina. E-mail: [jjbalsa@unq.edu.ar](mailto:jjbalsa@unq.edu.ar).

article, the three major innovations that this reading has generated are summarized: the accuracy of the Gramscian conception of objectivity and the abandonment of the structure-superstructure metaphor; the clarification of the relationship between civil society and political society, and the conceptualization of hegemony as relations of force and as a struggle for hegemony; and the revaluation of the role of the construction of subjectivity in these disputes, and the idea that there are two hegemony logics. And in the second part, some hypotheses are posed for the policy consequences of these innovations.

**Keywords:** Gramsci, Philology, Political Strategy.

### **Introdução: as leituras filológicas e as críticas a sua academização**

Desde finais de década de 1970, a partir da publicação da edição crítica dos *Cadernos do Cárcere*, foi se desenvolvendo um novo tipo de estudo sobre a obra de A. Gramsci mais atento à forma como foram mudando, às vezes de um modo sutil, as conceptualizações nos processos de escrita, reescrita e incorporação de novos textos na cronologia dos *Cadernos*. Esse cuidado na análise das mudanças textuais levou a denominar esses estudos como escola “filológica” gramsciana. Um ponto de início foi a resposta feita por Gianni Francioni ao livro de Perry Anderson (*As antinomias de Antonio Gramsci*). O marxista britânico na sua avidez por criticar o eurocomunismo e, mais especificamente, a sua estratégia de avanço dentro do sistema democrático-representativo, atacou as elaborações de Gramsci, identificado como a base teórica dessa estratégia. Anderson censurou duramente o que ele identificou como “as antinomias” ou contradições nos próprios escritos de Gramsci; e chegou a escrever que “no labirinto de seus cadernos, Gramsci se perdeu” (ANDERSON, 1978 [edição inglesa de 1977], p. 115). De fato, Anderson fez sua própria teorização que colocava o eixo da dominação capitalista (além da ameaça do uso da coerção direita) na crença na legitimidade da representação política, característica própria das democracias “burguesas”. Obviamente, este esquema explicativo não está presente em Gramsci, pois para ele a dominação se baseia numa mais complexa combinação de coerção e consenso e, nesse último, na construção hegemônica de subjetividades adaptadas à ordem capitalista, e não só na crença na mera representação parlamentar.

A despeito dessa posição tão crítica sobre Gramsci, o texto de Anderson foi muito importante para o desenvolvimento dos estudos “filológicos”. O próprio Anderson havia escrito que se devia fazer um estudo baseado num “procedimento filológico”, para “estabelecer com maior precisão o que diz e o que quis dizer Gramsci”, colocando suas notas em relação com suas fontes concretas (cf. ANDERSON, 1978, p. 18-19). Dois anos depois da publicação do livro de Anderson, Gianni Francioni demonstrou que todas as “descobertas” de Anderson sobre “as antinomias” eram produto de uma leitura muito parcial dos *Cadernos* e de uma série de equívocos graves em relação à sequência da escrita dos parágrafos que Anderson havia analisado (cf. FRANCONI, 1979).

A esse trabalho pioneiro, Francioni acrescentou um esforço para datar a escrita de cada um dos parágrafos de cada caderno, que publicou junto como a reedição do artigo crítico ao texto de Anderson, no livro *L'Officina Gramsciana* (cf. FRANCONI, 1984). Esta obra será o ponto de partida de inúmeros especialistas que se centraram num trabalho de leitura e análise filológica.

A principal descoberta dessas leituras filológicas é um ponto de ruptura nas teorizações de Gramsci, cuja datação pode ser estabelecida em torno de 1932, a partir da qual suas elaborações ganhariam maior coerência. Usando as palavras de Anderson, poderíamos dizer que se se olha a obra considerando esse ponto de ruptura, se dissolveriam as aparentes “antinomias” contidas nos *Cadernos*.

Dentro do campo dos e das especialistas na obra de Antonio Gramsci houve uma aceitação geral desta perspectiva “filológica”. Embora, ao meu ver, só alguns deles extraíram todas as consequências teóricas da ruptura. Para isso, os *Cadernos* são lidos, como diz Giuseppe Cospito (2016, pag. 42), “com a mesma ótica com a que Gramsci sugeria encarar o estudo de Marx”, que dizer, procurando a coerência ““não em cada escrito individual ou na série de escritos, senão no desenvolvimento total do variado trabalho intelectual onde os elementos da concepção estão implícitos””. Por isso, o próprio Gramsci aconselhava “fazer uma série de 'descartes', em especial de teorias parciais pelas quais o pensador pode haver tido, em certos momentos, uma simpatia, e tê-las aceitado provisionalmente” (GRAMSCI, 1999, Vol. 5, p. 248 [CC16 §2]).

Esta carência de profundidade na percepção das consequências teóricas da ruptura nas elaborações de Gramsci é uma apreciação pessoal minha. Mas há uma outra crítica aos

estudos filológicos que está mais generalizada. Acontece que, para fazer uma interpretação o mais correta possível do significado das observações feitas por Gramsci foi necessário desenvolver uma tarefa interpretativa muito complexa e ter imprescindíveis conhecimentos da cultura e da política da época, ademais da precisão na informação à que Gramsci tinha acesso desde o cárcere. Quase todos os e as especialistas, então, têm estado muito concentrados nessas tarefas de análise textual e contextual. Às vezes, eles/elas mesmos/as se interrogam (e nos interrogam) se esse trabalho tão especializado tem alguma utilidade para além dos muros de uma academia cada vez mais desvinculada da luta política, especialmente na Itália.

De fato, um certo inconformismo se manifestou em alguns dos recentes encontros organizados pela International Gramsci Society, tanto na Europa (por exemplo, no colóquio organizado em Roma pelos 80 anos da morte de Gramsci), como no Brasil (no simpósio feito em Campinas em 2017). Para alguns dos participantes, os debates de tipo filológico sobre a obra de Gramsci, estavam conspirando contra o debate político ou, ao menos, fazendo que ficassem de lado as reflexões sobre nossas angustiantes conjunturas políticas. Não faltaram as críticas a viva voz e acho que as respostas dos/das especialistas não responderam a todos os questionamentos.

Porém, acho que essas críticas estão erradas. É certo que a academização do marxismo é um problema que tem que ser abordado, mas não só nos estudos gramscianos. Claro que é quase um oxímoro desenvolver encontros “gramscianos” que não abordem a análise das conjunturas políticas e que não convidem a participar nos debates os intelectuais das forças políticas e dos movimentos populares. Mas esta crítica não deve deixar de avaliar positivamente a seriedade do trabalho filológico e as novas leituras da obra de Gramsci e, em particular, suas consequências teóricas.

Pessoalmente, penso que este “último Gramsci” não só tem mais sistematicidade, senão quem também consegue elaborar aportes mais interessantes para dar conta da dominação hegemônica nas sociedades contemporâneas e, neste sentido, contribui para repensar a estratégia política da esquerda na atualidade. Acho que é uma perspectiva melhor que aquelas leituras de Gramsci que apresentavam (e apresentam) um ponto de vista que podemos chamar de “estruturalista” (que sublinha a correspondência entre estrutura e superestrutura, onde a estrutura aparece como uma coisa imodificável se não houvesse uma

revolução social e, particularmente, se entusiasma com o conceito de “bloco histórico”, ou, conseqüentemente, em pensar quase todos os processos políticos como se fossem “revoluções passivas”). Mas também é melhor que as leituras que sobrevalorizam os elementos “contra-hegemônicos” da cultura popular, ou que consideram Gramsci um “teórico da cultura”, ou interpretam que a luta pela hegemonia deve ser feita só na sociedade civil.

Por isso, vamos dedicar este artigo à análise dos principais elementos dessa leitura filológica e a seus possíveis aportes para pensar a estratégia política. Na primeira parte do artigo, vamos sintetizar o que considero as três grandes inovações que essa leitura produziu e, na segunda parte, colocaremos algumas hipóteses das conseqüências para a política.

### **Algumas das principais descobertas da leitura filológica**

Podemos identificar três importantes descobertas da leitura filológica, no sentido de que fazem aportes para pensar a estratégia política. Em primeiro lugar, uma precisão da concepção gramsciana de objetividade, de regularidade e o abandono da metáfora estrutura-superestrutura. Em segundo lugar, uma aclaração da relação de unidade e distinção entre sociedade civil e sociedade política, e a conceptualização da hegemonia como conjunto de relações de forças e como luta pela hegemonia. E, em terceiro lugar, uma revalorização do papel da construção da subjetividade nessas disputas, e a ideia de que existem duas lógicas da hegemonia.

*Primeiro grupo de inovações: o abandono da metáfora estrutura-superestrutura, regularidades sociais e crises orgânicas*

Segundo Giuseppe Cospito (2016, p. 43), a questão da relação estrutura-superestrutura foi “submetida a um processo de sucessivas transformações semânticas e a uma progressiva erosão até ser reformulada a partir do ponto de vista da ‘Análise das relações de força’”. É que Cospito acha que toda a análise muda com o “aprofundamento do conceito de hegemonia”. Já em 1931, Gramsci afirmava que a distinção entre estrutura e superestrutura era “meramente didática, porque as forças materiais não são concebíveis historicamente sem

forma, e (por outro lado) as ideologias seriam caprichos individuais sem as forças materiais” (GRAMSCI, 1999, Vol. 3, p. 160 [CC7 §21]).

Por isso, Gramsci conclui que “prescindir de todo elemento voluntario ou calcular só a intervenção das outras vontades como elemento objetivo do jogo geral, mutila a [compreensão da] realidade mesma” (GRAMSCI, 1999, Vol. 5, p. 222-223 [CC15 §50]), escrito em maio-junho de 1933. Inclusive Gramsci diz que “só a paixão aguça o intelecto e coopera para fazer mais clara a intuição”, “sendo a realidade o resultado de uma aplicação da vontade humana à sociedade das coisas” (GRAMSCI, 1999, Vol. 5, p. 223 [CC15 §50]).

Por sua parte, Fabio Frosini (2010, p. 85) afirma que para Gramsci, “a política não é uma superestrutura, mas a ontologia do social”. E por isso, “elimina virtualmente o desnível ontológico entre estrutura e superestrutura”. Então, não tem sentido fazer esta separação entre estrutura e superestrutura, porque a mesma determinação vigente da estrutura é, na realidade, o “efeito” da unidade concreta da estrutura com a superestrutura. Como analisou Giuliano Guzzone (2018), a reprodução de uma determinada ordem produtiva dependerá de uma relação de forças onde os trabalhadores houvessem internalizado essa ordem como “objetiva”, fora de discussão, ao tempo que essa ordem está garantida desde uma determinada institucionalidade jurídica (cf. GRAMSCI, 1999, Vol. 3, p. 281 [CC8 § 128]). Portanto, “[...] é impossível pensar em uma pura economicidade que não seja ideologicamente saturada” (GUZZONE, 2018, p. 152). E é esse êxito ideológico o que permite prever certa “automaticidade” nas condutas. Sendo assim, a função intelectual não se desenvolve só no âmbito “superestrutural” senão também dentro da “estrutura” [CC4 §49] (GUZZONE, 2018, p. 21). “A capacidade da ideologia de dar lugar ao automatismo é indissociável de sua capacidade de se converter em ‘crença’ e ‘senso comum’ molecularmente difuso, modo de pensar e de atuar individual” (GUZZONE, 2018, p. 153).

São as relações de força, na medida em que logrem estabelecer uma determinada hegemonia, que fixam o que é objetivo. Essas foram as questões que Gramsci resolveu no *Caderno 11*: “objetivo” não tem mais valor do que surge da capacidade de alguns setores de impor sua perspectiva, como a única forma de ver/descrever uma questão. “Não existe uma “realidade” em si mesma, em si e para si, mas em relação histórica com os homens que a modificam” (GRAMSCI, 1999, Vol. 4, p. 332 [CC11 §59]). Isso não significa que esse conhecimento “objetivo” não seja operativo. Como no exemplo que Gramsci desenvolve em

torno aos conceitos de “Oriente” e “Ocidente”, do fato que eles sejam o resultado da hegemonia mundial das classes cultas europeias que os impuseram em todo planeta (de modo que o arbitrário se tornou “objetivo”), não implica que não sejam operativos para guiar a conduta de milhões de pessoas (cf. GRAMSCI, 1999, Vol. 4, p. 279-280 [CC11 §20]). Fabio Frosini abordou essa questão em termos da centralidade da questão da imanência, compreendida como uma “terrenalidade absoluta”, colocando que para Gramsci a verdade haveria um caráter prático, mundano, profano, quer dizer, “imane” (FROSINI, 2009, p. 39 e p. 49-50). Portanto, na visão gramsciana ficam fortemente entrelaçadas as ideias de objetividade, verdade, prática, universalidade e hegemonia (cf. BALSÀ, 2018).

Conseqüentemente, o conceito de “necessidade” e, com ele, o de “lei” são redefinidos por Gramsci em relação com a prática. Diz Gramsci: “Como não é possível prescindir da vontade e da iniciativa dos homens, o conceito de leis não pode deixar de ser falso” (GRAMSCI, 1999, Vol. 5, p. 186 [CC15§10]). Só na medida em que a naturalização seja indiscutida, funcionam as “leis” restringidas a esses cenários. Desse modo, substitui a ideia de leis do capitalismo pela ideia de “mercado determinado” pelas relações de força. Como diz Frosini (2010, p. 188), é a relação de força que produz o efeito de objetividade do fenômeno econômico; o qual, só nesse sentido, é comparável às leis naturais. Então, as leis econômicas só funcionam na medida em que a hegemonia seja tal que funcionem determinados “automatismos” próprios de um específico “mercado” (cf. GUZZONE, 2018, p. 164-175).

Acredito que o exemplo mais claro recente disto foi a crise de 2008, quando os Estados e as entidades supranacionais interviram para salvar o sistema financeiro e as grandes empresas, anulando qualquer funcionamento das leis do mercado. Mostrando que, ao final, tudo depende das correlações de força e não de leis econômicas. Obviamente, esse é um exemplo extremo, pois cotidianamente as decisões políticas incidem nos processos de acumulação de capital, beneficiando uns contra outros. Assim, não se deve pensar os “automatismos” como só vinculados a uma pura lógica do mercado. Guzzone (2018, p. 239-240) sublinha que para Gramsci “mercado determinado” implica uma combinação de “anarquia” e plano, pois sempre há intervenção estatal na determinação do mercado.

Ao mesmo tempo, a unidade de estrutura e superestrutura implica uma troca no significado do conceito de “crise”. Como diz Frosini: “não é a “crise” (econômica) o que

torna possível a unificação das classes subalternas, senão vice-versa, é esta unificação (quando existe), que abre uma “crise”. Então, o pressuposto decisivo de uma “crise” é a construção de uma imaginação comum aos subalternos (cf. FROSINI, 2010, p. 195-196). “A crise depende da presença de uma proposta hegemônica alternativa *global*, e esse caráter global existe apenas se o projeto em questão consegue articular, de uma maneira coerente, *todos* os níveis das relações de forças, desde o nível econômico-social até o militar, passando pelo estritamente político” (FROSINI, 2017, p. 60). E, como colocou Guzzone (2018, p. 148), é essa crise a que destrói aos “automatismos” próprios de uma determinada ordem, ou “mercado”.

*Segundo grupo de inovações: a conceptualização da hegemonia em termos de lutas pela hegemonia, imbricação entre sociedade civil e sociedade política e o papel da democracia*

O abandono da metáfora estrutura-superestrutura vincula-se a outras duas questões: pensar a hegemonia como lutas pela hegemonia e abandonar o conceito de “bloco histórico”. Como diz Fabio Frosini, “tudo se resolve na tensão entre relações de força que reenviam ao exercício do poder e à construção da hegemonia em contrastes” (FROSINI, 2010, p. 151). Então, não é suficiente pensar a hegemonia em termos de presença ou ausência, mas é necessário entender as situações como uma permanente luta pela hegemonia, e compreendê-las em termos de graus. Por isso, Giuseppe Vacca afirma que “quando Gramsci fala de hegemonia, sempre entende luta de hegemonias”. E a hegemonia “pressupõe uma pluralidade de sujeitos que competem entre si pela direção política do país”, ela “é competitiva e reversível por princípio” (VACCA, 2017, p. 217).

Ademais, as análises mostram que Gramsci abandonou o conceito de “bloco histórico”. Segundo Cospito, este conceito foi o ponto de partida das reflexões de Gramsci, mas não seu ponto de chegada. Desde metade de 1932 o conceito “bloco histórico” não torna a ser utilizado nas notas de nova escrita feitas pelo Gramsci (cf. COSPITO, 2016, p. 210-216). Pessoalmente, considero que o conceito de “bloco histórico” traz o problema da metáfora do “bloco de pedra”, com as consequentes ideias de solidez e de funcionalidade que contradizem a perspectiva que Gramsci sustentou a partir de 1932. A constituição de um “bloco histórico”, enquanto correspondência total entre estrutura e superestrutura, é uma situação pouco frequente, já que sempre haverá forças que operem contra essa



correspondência. Então o conceito trazia uma ideia de uma certa normalidade, de naturalidade, quando na realidade sempre há lutas e, portanto, desníveis entre os planos da economia, e da luta político-ideológica.

Dentro deste conjunto de inovações, outro aporte da leitura filológica foi pensar a relação de unidade e distinção entre sociedade civil e sociedade política. Como diz Cospito, a distinção entre sociedade civil e sociedade política está completamente superada no último Gramsci, porque remete a uma visão dicotômica e não dialética da realidade (cf. COSPITO, 2016, p. 255). Nesse mesmo sentido, Guido Liguori afirma que Gramsci não pensa a sociedade civil como uma arena livre, baseada no mero diálogo (cf. LIGUORI, 2004, p. 222), pois sempre “existe a luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública” (GRAMSCI, 1999, Vol. 3, p 196-197 [CC7 §83]). De modo que, como o mesmo Liguori sublinha, “o Estado atua para criar o ‘conformismo’, [trabalhando sobre a opinião pública], não deixa a sociedade civil nenhuma *espontaneidade*” (LIGUORI, 2006, p. 25).

Peter Thomas (2009) ressalta que a disputa do consenso não se limita a uma guerra de posições nas trincheiras da sociedade civil, porque o Estado não é só um instrumento de coerção, mas é o núcleo das relações sociais para a produção do consenso. E que, como coloca Bianchi (2008, p. 190), “o consenso não pode existir sem a coerção”. Para Bianchi, Gramsci não perde de vista, em momento nenhum, a dimensão coercitiva da política, muito embora não reduza a política a ela (cf. BIANCHI, 2008, p. 178). É que “o próprio exercício da hegemonia era entendido por Gramsci como uma combinação entre coerção e consenso, mesmo nos regimes políticos nos quais imperavam as formas democrático-liberais” (BIANCHI, 2008, p. 186). Ao mesmo tempo, como não é correto realizar uma distinção conceitual entre sociedades civil e política, é um erro pensar a Gramsci como um “teórico da cultura”, pois, como coloca Álvaro Bianchi (2008, p. 143), ele realiza uma análise política da cultura.

Neste ponto gostaria de introduzir a análise de Peter Ives (2004a; 2004b) a partir de sua leitura do *Caderno 29*, sobre a gramática. Poderia parecer estranho vincular a gramática à coerção e à hegemonia, mas vamos ver que é um exemplo de como a coerção está presente ainda na sociedade civil. Nesse *Caderno*, Gramsci analisa o jogo entre uma gramática “espontânea” (as normas através das quais nós falamos sem nos dar conta delas) e uma

gramática “normativa” (a gramática que é ensinada e que corrige). Gramsci esclarece que a gramática normativa opera em dois planos: o plano do ensino oficial e as consequentes gramáticas escritas, e no plano do uso cotidiano. No plano do ensino temos todos os aparelhos escolares e as regulações estatais para impor uma língua nacional, e a utilização de diversos métodos coercitivos para isso. Mas no plano do uso cotidiano também temos a coação. O normativo também está na interação social cotidiana, através do controle e a censura recíprocos. Por exemplo, nas perguntas que exigem uma enunciação mais correta, ou diretamente através da burla ou do escárnio. Eles são um conjunto de ações e reações que colaboram no estabelecimento e a atualização das normas. E aqui são chaves as diferentes capacidades, o diferente poder, que têm as distintas classes sociais para impor sua gramaticalidade.

Assim é possível observar que a coerção não é privativa da sociedade política, que a coerção opera também através da sociedade civil, nas práticas cotidianas. Penso que temos que compreender que, desse modo (com uma mistura de coerção e consenso), se constroem na prática cotidiana os desejos. E esses desejos não são uma coisa espontânea, como pretende a teoria liberal. Existem múltiplos mecanismos, desde os processos de socialização primária, até os processos de disciplinamento social mais massivos (e em última instância a repressão generalizada), onde a coerção sempre está presente, seja em ato, seja em potência, para modelar o que pode ou não ser desejado. Então nada mais longe de Gramsci que a ideia de um consenso construído só pelo diálogo.

Mas, ao mesmo tempo, isso não significa uma desvalorização da democracia. Pelo contrário, uma outra ideia desenvolvida pelas leituras filológicas é que a hegemonia é um tipo de dominação política que é própria dos sistemas democráticos<sup>2</sup>. Vacca diz que “não há hegemonia sem democracia, nem pode haver democracia sem um exercício ‘normal’ da hegemonia”, e “o pressuposto da democracia é o pluralismo (não só dos grupos sociais, mas também das suas organizações económicas e políticas) da sociedade moderna” (VACCA, 2017, p. 198). E afirma que “para Gramsci a ditadura, qualquer seja a classe dominante, é expressão da incapacidade hegemônica” (VACCA, 2017, p. 196;197). Nesse sentido, para Vacca, mas também para Cospito, a proposta política de Gramsci não seria a destruição do

---

<sup>2</sup> Ver uma primeira aproximação a este tema em Balsa (2006a).

regime parlamentar, senão sua radical reforma (cf. VACCA, 2017, p. 220; COSPITO, 2016, p. 134).

Por último, pensar uma relação dialética entre sociedade civil e sociedade política, se vincula com a visão não instrumental do Estado que Gramsci tinha. Como já havia sublinhado Aricó (2012 [1977], p. 273), Gramsci “liquidou o conceito instrumental de Estado tanto da socialdemocracia como da Terceira Internacional”. Também Vacca sustenta que “para Gramsci o Estado não é o instrumento de domínio de uma classe, mas a organização territorial da comunidade que prende a forma do conjunto da ‘superestrutura complexa’ a través da qual se exercita a hegemonia de uma parte sobre o conjunta da Nação” (VACCA, 2017, p. 217).

Por sua parte, Guido Liguori (2006, p. 24) sublinha que Gramsci pensa o “Estado integral”, como ‘um conceito atravessado pelas lutas de classes, e em processos que nunca são unívocos, pois são o terreno de choque entre as classes”, diferenciando-se, segundo Liguori, claramente do conceito de aparelhos ideológicos do Estado de Althusser.

### *Terceiro grupo de inovações: a linguagem, a construção das subjetividades e as diferentes lógicas da hegemonia*

A linguagem tem uma grande centralidade na obra de Gramsci. De acordo com Frosini, “Gramsci faz a linguagem o centro teórico em torno do qual reorganiza sua concepção pós-metafísica da imanência”. Porque essa centralidade, para Gramsci, “não é um modo de emancipar a filosofia da práxis da economia e do extralinguístico”. Não significa que, transcendendo a esfera do significado, poderia haver uma pretensão “essencialista” ou “objetivista”. Pelo contrário, esta centralidade da linguagem implica “encontrar a política dentro da economia, desconstruindo o dualismo implícito na par base/superestrutura, que de fato Gramsci, ao menos tendencialmente, substitui com o conceito de “relações de forças” (FROSINI, 2010, p. 23). E que a linguagem é central para a construção das identidades, porque para Gramsci “não existe sujeito senão instituído dentro de um ‘relato’, isto é, dentro de uma articulação de significados”. Relatos que tem que ser analisados em sua efetividade (ou não) na hora de constituir esses sujeitos (cf. BALSA, 2011).

Na compreensão dessas construções de subjetividades é chave a dimensão dialógica da hegemonia. Como analisa Norman Fairclough (2001), a dominação hegemônica seria

essencialmente dialógica, e não monológica<sup>3</sup>. Porque é uma operação que considera o discurso do outro, e incorpora partes dele na própria proposta; e também que faz uso da operação discursiva da concessão: reconhece parte das razões do outro, mas sem negociar o núcleo de seus interesses.

A questão da subjetividade está mais desenvolvida no *Caderno 22*, dedicado ao Americanismo e Fordismo. A já comentada dissolução da dualidade estrutura/superestrutura, ajuda a compreender a unidade dos novos métodos de trabalho e novo modo de viver: “[...] os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida [...]” (GRAMSCI, 1999, Vol. 6, p. 81 [CC22 §11]).

Por sua parte, Massimo Modonesi sublinhou que a experiência subalterna implica em Gramsci “a imposição não violenta e a assimilação da subordinação, quer dizer, a internalização dos valores propostos pelos que dominam ou conduzem moral e intelectualmente o processo histórico (cf. MODONESI, 2010, p. 33-34). Ademais, Modonesi afirma que para Gramsci “inclusive na rebelião funciona esse dispositivo relacional, pelo qual rejeita implicitamente todo dualismo maniqueísta que pretenda cindir os sujeitos reais a partir da separação entre rebeldia e submissão como momentos separados [...]” (MODONESI, 2010, p. 34). De todo modo, segundo Modonesi, Gramsci “vislumbra a existência de traços de iniciativa autônoma”. Pessoalmente, acho que essa leitura relativamente “autonomista” é contrária à ideia contida nos *Cadernos* de que a tomada de consciência só é possível a partir da vinculação a um projeto hegemônico alternativo (cf. GRAMSCI, 1999, Vol. 4, p. 253 [CC11 §12]). Como colocou Vacca, “o ponto de partida pela conquista da autonomia intelectual, pessoal ou coletiva, é sempre uma forma de consciência contraditória porque está condicionada por influencias diversas” (VACCA, 2017, p. 217).

Mas esses projetos que lutam pela hegemonia têm, às vezes, características muito diferentes. Talvez seja possível distinguir duas formas de construir a hegemonia. Frosini sublinha que “a forma da organização política dos conflitos se converte em decisiva para diferenciar” as hegemonias. Por um lado, temos uma hegemonia de tipo “revolução passiva”

---

<sup>3</sup> Os textos, para Bajtín, são sempre dialógicos, de modo que a ideia do “monologismo” implica extremar o conceito atendendo a que alguns discursos estão mais fechados a seu questionamento ou à existência de visões alternativas (FAIRCLOUGH, 2003, p. 42-3). Neste sentido, uma dominação não hegemônica pode pensar-se como uma imposição de tipo monológica (cf. BALSÀ, 2011).

que procura a composição “passiva” dos conflitos”; e, por outro lado, temos os intentos do desenvolvimento dos conflitos “em permanência” (FROSINI, 2013, p. 69). Então nós teríamos duas formas de construir hegemonia segundo suas formas e a direção que constitui o processo. Cabe esclarecer que para Frosini, “a alternativa à revolução passiva não está num abstrato retorno à guerra de movimento, senão na capacidade de ‘traduzir’ a guerra de movimento na linguagem da guerra de posições” (FROSINI, 2010, p. 224-225).

Penso que para aprofundar essa questão das duas formas é útil a distinção entre duas lógicas da construção da hegemonia que faz Ernesto Laclau<sup>4</sup>. O teórico argentino as denomina lógica “institucionalista” e lógica “populista”, mas eu acho necessário fazer uma troca terminológica pois esses termos trazem muitos problemas<sup>5</sup>. Proponho chamar a primeira de lógica “administrativista” (onde a hegemonia procura absorver todas as demandas de forma diferencial, integrando-as num esquema universalizante e despolitizador), e a segunda como lógica “agonal” (no sentido que está baseada nos antagonismos, mas os domesticando dentro de um sistema de confronto democrático, e onde as demandas tendem a serem consideradas equivalentes entre si, e a agrupar-se em polos antagônicos, que dividem o campo discursivo em dois). O populismo seria um subtipo da lógica “agonal” que faz uso da duplicidade semântica do significante “povo” (como *plebs* e como *populus*), que constrói uma fronteira divide “o povo” dos “inimigos do povo”, e que desenvolve processos de inclusão radical (BALSA, 2010).

### **Aportes para pensar a estratégia política**

Vamos retomar cada uma das inovações que identificamos nas novas leituras da obra de Gramsci para procurar extrair algumas consequências no intuito de pensar a estratégia política.

---

<sup>4</sup> Se a diferenciação de duas lógicas de construção da hegemonia é um dos aportes de Laclau, acho que seu principal erro foi haver deixado de lado o conceito de classe social como eixo da hegemonia. Nesse sentido, para mim, a hegemonia apresenta duas faces simultâneas: é um processo discursivo (onde as identidades são construídas), mas é, também, a consolidação de interesses particulares de alguns setores (atingindo secundariamente certos interesses dos aliados e, inclusive, dos subalternos).

<sup>5</sup> Os dois principais problemas são que o populismo não poderia se desenvolver a partir do poder institucional, e que toda hegemonia que procure a confrontação deveria ser populista, ainda quando não tivesse muitas das características do populismo.

### *Hegemonia e luta pelas subjetividades*

Atualizando a questão da relação entre modos de vida, modelos de acumulação e subjetividades é importante analisar os planos mais profundos pelos quais as novas formas de produção de um capitalismo “flexível” e “cognitivo” incidem na construção de subjetividades acordes com a sua continuidade, ou seja, subjetividades mais individualistas<sup>6</sup>. A burguesia trabalha excelentemente tirando partido desta articulação. Mas não é algo automático: ela se preocupa em consolidar estas subjetividades que conduzem o tempo todo à valorização do capital. Toda uma série de intelectuais orgânicos trabalham para construir sujeitos que colocam seus recursos e sua própria criatividade para incrementar o lucro dos outros. Tanto no plano mais geral da mídia, como nas próprias empresas. Importante lembrar que se Gramsci escreveu que, nos Estados Unidos, “a hegemonia que nasce da fábrica e necessita, apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”, quer dizer, que não nasce automaticamente da fábrica, pois são esses profissionais quem estão encarregados de “elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo” (GRAMSCI, 1999, Vol. 6, p. 66 [CC22 §2]). Como escreve Giorgio Baratta (2004, p. 19), “Gramsci havia já abandonado, em favor de uma concepção madura da hegemonia, algumas características tendencialmente ainda mecanicistas da configuração estrutura-superestrutura”.

Um exemplo bem claro é como o agronegócio e sua discursividade consegue convencer os filhos dos pequenos e, ainda, dos medianos proprietários que é melhor alugar seus campos para as grandes empresas, ou se converter em encarregados ou gerentes locais dessas empresas, ou em provedores de serviços de maquinaria para elas, em vez de ser empresários independentes (cf. BALSA, 2017).

Frente a esses tipos de realidades, de construções de identidades subsumidas, mas “felizes” no seu individualismo, nós temos que pensar o que contrapor. E isso deve ser parte de nossa reflexão estratégica, e de nossas elaborações políticas. Para isso, temos que aprender a escutar o outro, mas não para ficar no mesmo discurso que ele já tem, senão para trabalhar a partir dessa discursividade, e os interpelar com uma proposta identitária na qual possa se

---

<sup>6</sup> Uma primeira elaboração sobre a questão dos modos de vida como base da construção de hegemonia pode-se consultar em Balsa (2006b).

sentir incluído. Mas, ao mesmo tempo, a estratégia tem que tentar operar no plano dos desejos, sobre os modos de vida desejados, porque este é um plano chave da luta pela hegemonia. Porque basear a hegemonia nos desejos de uma ampliação permanente dos níveis de consumo é construir uma hegemonia de pés de barro, como aconteceu no Brasil e na Argentina durante os últimos governos populares. Por isso são muito importantes as elaborações em torno do objetivo do Bem Viver, nas tradições andinas<sup>7</sup>. Ao mesmo tempo, as ampliações dos níveis de consumo deveriam ser feitas sempre através da organização de formas de consumo coletivas. Na Argentina nós desperdiçamos toda uma tradição de compras comunitárias que não foram desenvolvidas no processo de ampliação do consumo popular durante o kirchnerismo.

Pensar esta imbricação entre subjetividade, modos de vida e formas de produção, também habilita a pensar, como sugeriu Raúl Burgos (2012), o impacto das formas de produção não capitalistas que se desenvolvem dentro do capitalismo. E aqui colocaria não só as fabricas recuperadas por seus trabalhadores e outras formas cooperativas de produção, mas também as formas comunitárias ou inclusive familiares e camponesas de produção, e também os diversos tipos de economia social. Todas elas contribuem o desenvolvimento de outros tipos de subjetividades, mas não as garantem automaticamente, quer dizer sem um trabalho ideológico forte. E isto, novamente, vincula-se ao debate sobre as formas de vida, o papel do consumismo na consolidação de um *ethos* neoliberal. Acho que temos que debater os desejos, e não considerá-los como meras eleições individuais.

A construção de subjetividades empresariais é também uma tarefa para qualquer proposta reformista: é preciso saber interpelar e construir subjetividades que se integrem firmemente ao projeto político-econômico desenvolvimentista-popular. Mas não é só uma questão de subjetividades. Aqui está também a questão das alianças, num processo reformista, com parte da burguesia. Mas essa burguesia tem que se comprometer na defesa do projeto.

---

<sup>7</sup> Cf. Gudynas e Acosta (2011).

*Vantagens de pensar a hegemonia como lutas pela hegemonia*

Pensar a hegemonia como luta pela hegemonia, entre diferentes projetos, evita a necessidade de colocar etiquetas, que tornam rígidas as caracterizações. Etiquetar uma situação como hegemonia de tal ou qual força política, ou de uma determinada classe social, muitas vezes é um exercício impossível quando não há uma hegemonia clara. A maioria das vezes o que existe são lutas permanentes entre classes e as forças coletivas, e ao colocar uma etiqueta, só se consegue uma imagem errada da realidade, e logo se elabora uma estratégia errada.

Mas acho que este olhar poderia trazer uma segunda vantagem: poderia contribuir a evitar as duríssimas críticas que se fazem entre as diversas forças de esquerda ou centro-esquerda. Porque todas as ações têm alguma contribuição nas correlações de forças. E então precisam todas elas ser avaliadas positivamente.

Assim não é certo que as “reformas” não contribuam para modificar as correlações de forças (em geral, permitindo melhores condições para a organização e a luta dos setores populares). Mas tampouco é certo que os discursos mais críticos ao capitalismo, ainda que não tenham um correlato direto na luta político-conjuntural, não incidam nesta correlação. Acho que, ao contrário, sempre é imprescindível a presença de um discurso que fale sobre a possibilidade de uma sociedade socialista claramente melhor que nosso presente capitalista. O problema é que, ao menos na Argentina, nenhuma das forças políticas falam disso na mídia. Acho que a causa profunda disso é que ainda não conseguimos nos recuperar do fracasso político e econômico das experiências do socialismo real (mas esse é claramente um outro tema).

Temos que apreender da burguesia e sua capacidade de desenvolver estratégias duais. Por um lado, sempre promoveu o desenvolvimento de centros de elaboração e difusão ideológica (*Think Tanks*) que mantiveram as posições mais radicais a direita. Por exemplo, impulsionaram núcleos neoliberais inclusive nos anos de predomínio keynesiano, fordista e dos Estados de Bem-estar. E assim o grande capital foi preparando ideologicamente sua ofensiva neoliberal. Mas, ao mesmo tempo, a burguesia gerou dirigentes dispostos ao diálogo e aos acordos necessários para coexistir com os “governos populares” ou socialdemocratas.



E, como uma terceira vantagem, esta perspectiva da hegemonia como luta pela hegemonia permite pensar as disputas pela hegemonia que acontecem em diferentes níveis e planos. Acho que muitas das discussões acadêmicas ou políticas sobre a hegemonia não são efetivas porque não está claro de qual nível se está falando. Penso que é possível distinguir, ao menos, três planos da hegemonia. Um primeiro plano que refere ao tipo de ordenamento social, definido centralmente pelo modo de produção “legitimamente” predominante (apesar que as distintas articulações de modos de produção produzem chaves para caracterizar o sistema social concreto). Um segundo plano está vinculado à forma política de resolução das diferenças, o que, em termos simples, pode se exemplificar como “legitimidade” (ou não) da resolução democrática das diferenças; este seria o nível que define a dinâmica política de modo (ou não) hegemônico, pois a hegemonia seria um tipo de dominação próprio das democracias. E um terceiro plano que se define pela força político-ideológica que logra legitimar-se em cada conjuntura política (hegemonia neoliberal, menemista, lulista, kirchnerista, etc.). Ademais, há distintas questões que são disputadas em cada um de esses planos. Em cada conjuntura particular se propõem múltiplas articulações entre estes planos e as questões, algumas das quais logram uma maior eficácia e, na medida em que se impõem sobre as demais, podemos dizer que se tornam hegemônicas, de modo que se constrói uma constelação hegemônica (mas sempre será uma questão de graus e de estabilidades provisórias).

*Não pensar de modo desarticulado as lutas na sociedade civil e na sociedade política*

Um olhar de imbricação entre sociedade civil e sociedade política, e uma ideia não instrumental do Estado, permite, em primeiro lugar, pensar o Estado como terreno de luta, isto é, não pressupor que ele seja inerentemente, fixamente, “burguês”, sem por isso negar que, de fato, hoje constitui a base da sociedade capitalista. Deve ser um espaço em disputa, sempre que não se perca este sentido. Quer dizer, sempre que se evite cair na ideia do Estado como superador da luta de classe. Vamos voltar sobre isso.

E, em segundo lugar, podemos ver os erros de situar a luta pela hegemonia só no terreno da sociedade civil. Como diz Bianchi, é errada “a estratégia política de ocupação de espaços na sociedade civil, advogada por uma leitura reformista, quando não liberal, de

Gramsci” (BIANCHI, 2008, p. 180). Porque a sociedade civil não tem autonomia. Então, é um equívoco afirmar que é importante que ela não perca esta autonomia se envolvendo nos processos da luta política no Estado. Uma crítica que só consegue pensar este envolvimento i em termos de “cooptação”.

Pelo contrário, para disputar a hegemonia, tem que ter a vontade e a audácia de disputar o Estado. Neste ponto, para mim é importante a distinção que faz Marc Angenot (2010) sobre as posições no centro ou na periferia do discurso social. A verdadeira luta pela hegemonia só acontece quando os desafiantes da hegemonia vigente tentam se colocar no centro da discursividade. O que podemos traduzir como ter a vontade de disputar a direção intelectual, mas também política da sociedade, quer dizer, de ocupar também o Estado, no sentido restrito.

Acredito que este foi uns dois principais êxitos das forças populares na América Latina: lograram estabelecer-se no centro da disputa política. Deixaram de serem discursos críticos situados na periferia da cena política e passaram a disputar a capacidade para chegar ao Estado e dirigir a sociedade. É certo que não era uma proposta de um ordenamento totalmente “novo”, e que, neste sentido, as rupturas com os elementos da ordem neoliberal eram relativamente poucas, sobretudo num primeiro momento. Mas, algumas experiências foram aprofundando as políticas transformadoras nos sucessivos governos; outras claramente não o fizeram.

Por outro lado, é errado pensar a cultura dissociada da política. Um problema nesse sentido e, para mim, que as sociedades parecem ter se tornado político-culturalmente mais “progressistas”, mas isto não impediu que se consolidasse uma hegemonia neoliberal. O capitalismo demonstrou ter uma enorme capacidade para integrar e até valorizar economicamente esses avanços progressistas. Acho que se desperdiçam muitos esforços militantes na luta por uma cultura mais progressista, mas sem efeitos anticapitalistas ou, se quer, anti-neoliberais. Isso não significa desvalorizar de modo algum as lutas culturais, mas acho que se faz necessário trabalhar fortemente para articulá-las numa proposta política geral.

*A luta pela democracia e contra o autoritarismo*

Olhando para nossos países, podemos ver que a “normalidade” democrática não é um objetivo que a burguesia procure nas nossas sociedades. Ela gosta mais das ditaduras ou das formas filo-fascistas que agora mesmo estão ameaçando desenvolver na América Latina. Então, tanto por motivos táticos mas também estratégicos<sup>8</sup>, é chave uma forte revalorização da democracia, inclusive em suas variantes representativas, tentando evitar sua caracterização como inerentemente “burguesa”. Isso não significa esquecer que as formas representativas tendem a consolidar relações dirigentes-dirigidos contrárias à proposta de Gramsci, e, portanto, temos que promover formas democráticas diretas, mais participativas.

A manutenção da arena democrática como a forma de resolução das disputas políticas é um problema muito atual na América Latina, e é um importante retrocesso em relação à situação de uns anos atrás. Porque um êxito das forças populares foi sua capacidade para consolidar essa arena. Esse é o segundo plano da construção da hegemonia que nós diferenciamos. E chave, porque a direita, chegando ao governo com formas democráticas ou com formas pára-legais, logo, a partir do poder do Estado, está promovendo um processo de despolitização, de desinteresse pela política, que parecem só preparar saídas filo-fascistas, quando não avança já decididamente com uma opção autoritária.

Mas essa valorização da democracia não se deve confundir com um eixo da disputa pela hegemonia concreta (no terceiro plano que nós falávamos). Acho que a própria ideia de “democratização”, se ela não é articulada com alguma proposta de construção do antagonismo social, de ativação da luta contra os poderosos, é uma ideia que promove uma visão despolitizadora da dinâmica política, pelo próprio componente administrativista da estatalidade. Ao mesmo tempo, é uma ideia abstrata demais e que, portanto, dificilmente consiga a adesão dos setores populares, mais preocupados com demandas muito mais concretas. Claro que o conceito de “democratização” pode se articular com outras demandas, mas por ele mesmo, acho que não é uma boa palavra de ordem. E esta questão se vincula com as lógicas da hegemonia que abordaremos a continuação.

---

<sup>8</sup> Já Aricó (2012 [1977], p. 274) havia considerado que “todo processo de transição que não seja dirigido, conformado e regido pelo exercício pleno da democracia [...] se torna uma revolução passiva, um poder de transformação desde a cúspide contra a vontade das massas e que, na última instância sempre termina impedindo a construção do socialismo”.

*Desenvolver uma lógica “agonal” a partir do Estado*

Como coloca Frosini, “a alternativa à revolução passiva não está num abstrato retorno à guerra de movimento, senão na capacidade de ‘traduzir’ a guerra de movimento na linguagem da guerra de posições” (FROSINI, 2010, p. 224-225). O problema é como fazer essa tradução. E, mais especificamente, como impedir que na hora de ocupar porções do Estado, a própria lógica universalizante que têm os aparelhos do Estado neutralizem os ímpetus emancipatórios trazidos pelos militantes populares. Como superar o que podemos chamar “a tentação administrativista”: de acreditar que se está acima dos interesses das diferentes classes, e que existe algo assim como “o bem comum”, quer dizer, uma política que beneficie a todos, quando isto é impossível e, além disso, debilita claramente o sentido emancipatório dos processos.

Acho que uma estratégia política reformista, que mantenha um processo de aprofundamento, tem que aprender a manter uma lógica agonal desde os próprios aparelhos do Estado. Para isso temos que articular toda medida redistributiva com um discurso que explique que ela é possível só porque o governo tirou recursos da grande burguesia. E isso se tem que atualizar cada vez que algum recurso ou algum objeto é dado a partir do Estado<sup>9</sup>.

E esta discursividade agonal deveria se manter não só no que se refere às políticas redistributivas, senão também quando se tomam medidas protecionistas para a indústria. Elas têm que ser debatidas e discutidas no conjunto da população, e exigir dos empresários um envolvimento público em sua defesa, por exemplo, na mídia.

Mas, voltando às políticas redistributivas, o ideal seria que se desenvolvessem organizações populares que instrumentalizassem esses processos redistributivos. Temos os exemplos, claramente diferenciados da construção de casas populares pelas grandes empresas construtoras, frente à autoconstrução de bairros pelas próprias organizações populares, o que aconteceu no norte da Argentina, com a organização Tupac Amaru (não por

---

<sup>9</sup> Por exemplo, quando foram entregues os notebooks a todos os alunos e alunas das escolas pública do ensino médio na Argentina, acho que o notebook deveria ter sido acompanhado por uma aula de análise das políticas impositivas, por causa dos impostos das exportações agrícolas, que possibilitavam ter os recursos para comprar esses notebooks.

acaso completamente perseguida e quase destruída pelo governo Macri, colocando na prisão seus principais dirigentes, inclusive a deputada do Mercosul, Milagro Sala).

Somos conscientes das tensões que surgem sempre entre organizações populares e governos populares, com o problema de que às vezes os dirigentes vão para o governo, e então isso pode debilitar os movimentos, como Álvaro García Linera (2011) já analisou. Mas como ele diz, esses problemas devem ser considerados como tensões criativas, inerentes a todo processo de mudança social.

Acho que o desenvolvimento de uma lógica mais “agonal” a partir do Estado na Argentina kirchnerista gerou uma mobilização militante que, apesar da derrota eleitoral de 2015, permitiu a persistência de uma força política de massas que continuou a disputa pela hegemonia com o neoliberalismo. Pelo contrário, no Brasil, o petismo com uma lógica mais universalizante não conseguiu unificar narrativamente os avanços que foram feitos nos direitos de múltiplos setores populares e sua capacidade de combate ao neoliberalismo e à direita em geral foi muito baixa (cf. Balsa, no prelo).

Enfim, estas são só algumas das possíveis derivações das novas leituras da obra de Antônio Gramsci para pensar as estratégias políticas, mais especificamente na América Latina. Obviamente, como toda tradução, ela está aberta à crítica e à disputa. Espero que tenha ficado claro que as leituras filológicas estão longe de não ter consequências sobre a política. Elas não dão certezas, mas sim permitem pensar melhor as questões, num tempo que como diz Giovanni Semeraro (2015, p. 149),

os intelectuais ‘orgânicos’ não se tornaram obsoletos, mas encontram-se diante de novas tarefas. Como nunca, de fato, precisam aprender com relativismo, de lutar contra os dogmas sem deixar de buscar a verdade, de respeitar a particularidade sem se pulverizar, de construir a unidade sem transformá-la em uniformidade, de realizar a democracia popular contra os simulacros pós-modernos.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. *Las antinomias de Antonio Gramsci. Estado y Revolución en Occidente*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1978.

ANGENOT, M. *El discurso social. Los límites históricos de lo pensable y lo decible*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

ARICÓ, J. *Nueve lecciones sobre economía y política en el marxismo*. Buenos Aires: FCE-El Colegio de México, 2012.

- BALSA, J. "Notas para una definición de la hegemonía", *Nuevo Topo*, núm. 3, 2006a, p. 145-166 [disponible en [iesac.unq.edu.ar/jbalsa](http://iesac.unq.edu.ar/jbalsa)].
- BALSA, J. "Las tres lógicas de la construcción de la hegemonía", *Theomai*, núm. 14, 2006b, p. 16-36.
- BALSA, J. "Las dos lógicas del populismo, su disruptividad y la estrategia socialista". *Revista de Ciencias Sociales*, Universidad Nacional de Quilmes, n. 17, otoño 2010, p. 7-27.
- BALSA, J. "Aspectos discursivos de la construcción de la hegemonía", *Identidades* [Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco], núm. 1, p. 70-90, 2011.
- BALSA, J. "Subjetividades subordinadas en la agricultura pampeana: procesos de concentración, recursos productivos y sujetos agrarios". In: DE MARTINELLI, G.; MORENO, M. (Comp.). *Cuestión agraria y Agronegocios. Tensiones en torno a la imposición de un modelo concentrador*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.
- BALSA, J. "La crítica al objetivismo y la propuesta epistemológico-política contenida en el Cuaderno 11". *International Gramsci Journal*, v. 2, n. 4, p. 3-36, 2018.
- BALSA, J. "Las lógicas de construcción de la hegemonía desplegadas desde los gobiernos petistas y kirchneristas", *Roteiro* (UNOESC). No prelo.
- BARATTA, G. "Americanismo e fordismo". In: FROSINI, F.; LIGUORI, G. *Le parole di Gramsci*. Roma: Carocci editore, 2004.
- BIANCHI, Á. *O laboratório de Gramsci*. Campinas: Alameda Editorial, 2008.
- BURGOS, R. "Para una teoría integral de la hegemonía. Una contribución a partir de la experiencia latinoamericana", *Realidad Económica*, núm. 271, pp. 133-170, 2012.
- COSPITO, G. *El ritmo del pensamiento de Gramsci*. Buenos Aires: Peña Lillo, 2016.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse*. London: Routledge, 2003.
- FRANCIONI, G. *Interpretazione di Gramsci*. Pavia: Instituto di Filosofia, Università di Pavia, 1979.
- FRANCIONI, G. *L'officina gramsciana*. Napoli: Bibliopolis, 1984.
- FROSINI, F. *La religione dell'uomo moderno. Politica e verità nei Quaderni del carcere di Antonio Gramsci*. Roma: Carocci, 2010.
- FROSINI, F. "Hacia una teoría de la hegemonía". In: MODONESI, M. (comp.). *Horizontes Gramscianos*. México: UNAM, p. 60-79, 2013.
- FROSINI, F. "¿Qué es la 'crisis de hegemonía'? Apuntes sobre historia, revolución y visibilidad en Gramsci", *Las torres de Lucca*, núm. 11, p. 45-71, julio-diciembre 2017.
- GARCÍA LINERA, Á. *Las tensiones creativas de la revolución*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2011.
- GRAMSCI, A. *Cuadernos de la Cárcel*. México: Era, 1999.
- GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. "La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa", *Utopía y Praxis Latinoamericana*, vol. 16, núm. 53, abril-junio, pp. 71-83, 2011.
- GUZZONE, G. *Gramsci e la critica dell'economia politica. Dal dibattito sul liberismo al paradigma della 'traducibilità'*. Roma: Viella, 2018.
- IVES, P. *Gramsci's Politics of Language*. Toronto: University of Toronto Press, 2004a.
- IVES, P. *Language and Hegemony in Gramsci*. London: Pluto Press, 2004b.
- LIGUORI, G. "Stato-società civile". In: FROSINI, F.; LIGUORI, G. *Le parole di Gramsci*. Roma: Carocci editore, 2004.
- LIGUORI, G. *Sentieri gramsciani*. Roma: Carocci, 2006.

MODONESI, M. *Subalternidad, antagonismo, autonomía: marxismos y subjetivación política*. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

SEMERARO, G. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*, São Paulo: editoria Ideias & Letras, 2015.

THOMAS, P. *The Gramscian Moment*. Philosophy, Hegemony and Marxist, Leiden: Brill, 2009.

VACCA, G. *Modernità alternative. Il Novecento di Antonio Gramsci*. Torino: Giulio Einaudi editore, 2017.

*Recebido em 16 de setembro de 2019*

*Aprovado em 15 de outubro de 2019*

*Editado em 15 de dezembro de 2019*